



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000692-34.2023.6.22.8000

INTERESSADO: COMISSÃO DE CERIMONIAL

ASSUNTO: Dispensa - Contratação de Serviço de fornecimento de arranjos florais em atendimento ao cerimonial.

DESPACHO Nº 606 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Comissão de Cerimonial, visando à contratação de serviço de fornecimento de arranjos florais em atendimento ao cerimonial para os eventos institucionais do tribunal, consistentes em homenagens, solenidades, seminários, palestras, conferências, cursos e outros eventos correlatos ([0997330](#)).

Para instrução dos autos, carreu-se o documento de formalização de demanda ([0997332](#)); a cotação de preços ([0999431](#), [0999482](#), [0999483](#)); o estudo técnico preliminar ([0999591](#)); a informação conclusiva sobre o valor estimado ([0999595](#)) e o termo de referência ([1012503](#)). O valor total estimado para a contratação é de R\$ 20.500 (vinte mil e quinhentos reais), conforme o item 9.1 do TR.

Justifica-se a contratação na necessidade de atender a demanda do cerimonial deste Tribunal, em consonância com as normas de protocolo de cerimonial público, sobretudo para eventos institucionais como solenidade de diplomação, posse de membros da Corte e de dirigentes do Tribunal, em conformidade com o que dispõe o art. 45 do Regimento Interno do TRE-RO.

A proposta vencedora foi a apresentada pela empresa Guiomar Aparecida Leite CNPJ 21.184573/0001-92.

Houve a comprovação da regularidade mínima para contratar com a Administração Pública Federal, por meio de Certidão Negativa do CNJ; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Federais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0999586](#)).

A SPOF, em atenção à Remessa n. 421 da COFC ([1010145](#)), realizou a programação orçamentária da despesa pretendida, registrando que essa está adequada e compatível com a LOA, PPA e a LDO ([1010183](#)).

A SAC, após análise do TR, complementado pela Informação Conclusiva ([0999595](#)) e demais elementos contidos no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

processo, concluiu que aquele encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, entre outros, pelos arts. 72 e 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21 e no art. 2º c/c art. 26, inciso IV, ambos da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, podendo a contratação de seu objeto ser processada por dispensa de licitação, pelo critério de menor preço global ([1012949](#)).

A SECONT elaborou a minuta de contrato de evento n. [1013462](#) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC, a qual, após análise, aprovou os seus termos, para cumprimento do § 4º do art. 53 da Lei n. 14.133/2021. Ademais, a AJSAOFC opinou pela regularidade e pela observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022; pela possibilidade de aprovação do TR; pela possibilidade jurídica da contratação por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21; pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([1014063](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do ETP e do TR; pela autorização da despesa de forma direta por dispensa tradicional de licitação; pela regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação; pela contratação direta da empresa, por dispensa de licitação; e pela publicação do ato autorizativo de dispensa no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, bem como a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([1015284](#)).

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, regulamentada neste Tribunal na forma da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022.

Analisando os autos, verifica-se que a unidade demandante utilizou-se da via da cotação direta aos fornecedores potenciais e do último valor contratado pelo órgão, procedimento idôneos para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam, a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quanto à justificativa do preço, a informação conclusiva do valor estimado juntada ao evento n. [0999595](#) demonstra a metodologia utilizada para estimativa de preços. Por sua vez, os documentos juntados ao processo atestam a regularidade das 3 (três) cotantes, sagrando-se vencedora a empresa Guiomar Aparecida Leite, CNPJ n. 21.184573/0001-92, com sede na Rua Mozart, n. 4948, bairro Igarapé, Porto Velho/RO, no valor total de R\$ 20.500,00 (vinte mil e quinhentos reais), por ter cotado o menor preço.

Assim, demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais (justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor), a contratação pretendida poderá ser enquadrada na situação de dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, atualmente no patamar de R\$ 57.208,30 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta centavos).

Com relação ao instrumento contratual, tem-se como indispensável a celebração de contrato para regular a relação entre as partes, a qual se dará ao longo do tempo com obrigações futuras recíprocas. Portanto, verifica-se que a contratação pretendida está dimensionada para o período de 12 (doze) meses, da última assinatura das partes contratantes, já com possibilidade de prorrogação, nos termos do artigo 107 da Lei n. 14.133/2021, exigindo, desta forma, o instrumento contratual, nos termos da jurisprudência da Corte de Contas e da legislação em vigor.

No tocante ao fracionamento de despesa, verifica-se pelo quadro juntado no evento n. [1005625](#), no bojo do PSEI [0000533-91.2023.6.22.8000](#), não haver indicação de qualquer outra aquisição no exercício corrente dos serviços de organização, ornamentação e buffet para eventos em geral - classificação registrada no demonstrativo da fonte orçamentária da despesa, item 10 do TR.

Diante do exposto, considerando a necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

I - aprovo o Estudo Técnico Preliminar n. 8/2023 - Cerimonial ([0999591](#)) e o Termo de Referência - n. 1/2023 - Cerimonial ([1009077](#)), na forma do item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, com fundamento no inciso VIII do art. 72 da Lei n. 14.133/2021;

II - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [0999595](#), em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução n. 215/2015/CNJ e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - autorizo a despesa de forma direta por dispensa tradicional de licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21;

IV - adjudico o objeto à empresa Guiomar Aparecida Leite, inscrita no CNPJ sob o n. 21.184.573/0001-92, e autorizo a emissão de nota de empenho em seu favor, no valor de R\$ 20.500 (vinte mil e quinhentos reais), condicionado à juntada de nova certidão de regularidade do FGTS para fins de comprovação das condições mínimas para contratar com a Administração Pública, considerando o disposto no item 23 do Parecer Jurídico n. 111 da SAOFC ([1014063](#)); e

V - determino divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando expresso constante no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade das ações, visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 30/05/2023, às 17:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1015725** e o código CRC **ADB1657B**.